

“O leilão de hoje é um sucesso, viabiliza R\$ 1,460 bilhão de recursos para o Governo Federal. Seja na forma de pagamento à vista, na entrada, os R\$ 430 milhões de hoje, seja na forma das taxas de manutenção que vão ser pagas à Codesp”

Nelson Barbosa, ministro do Planejamento

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Governo arrecada R\$ 430,6 mi com leilão de terminais

Três áreas do Porto de Santos foram licitadas na sessão, na Capital

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

Os três primeiros arrendamentos portuários desde a promulgação da Lei nº 12.815, a nova Lei dos Portos, renderam um total de R\$ 430,6 milhões ao Governo Federal. Este valor se refere apenas aos pagamentos de outorgas dos lotes do Porto de Santos – na Ponta da Praia, no Macuco e no Paquetá. Estima-se ainda que intervenções nestas áreas somem R\$ 608 milhões, a serem desembolsados pelos novos arrendatários.

O primeiro lote arrematado ontem, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), foi o STS04, que compreende o arrendamento de área e infraestrutura para movimentação e armazenagem de grãos sólidos de origem vegetal, no Corredor de Exportação, que fica na Ponta da Praia, em Santos. O terreno total do empreendimento tem 46,8 mil metros quadrados.

O vencedor foi o consórcio LDC Brasil, formado pelas traders Louis Dreyfus Commodities e Cargill Agrícola. O grupo se comprometeu a pagar R\$ 303,069 milhões pelo direito de outorga. Houve ainda um outro lance, de apenas R\$ 5 milhões, ofertado pela Agrovias S/A.

Para o consultor portuário Marcos Vendramini, que acompanhou a sessão do leilão na Capital, o alto valor ofertado pela área mostra o potencial de negócio que tem a região. “Na verdade, não é o valor para a área em si. É preciso ver o que você pode gerar de caixa com aquilo. E já vai estar gerando caixa amanhã, porque o termi-

Valor inferior

O Governo previa arrecadar R\$ 640 mi com as outorgas das licitações, mas obteve dois terços, R\$ 430,6 milhões.

nal está em operação, já está caindo no bolso para aplicar nos investimentos. Uma parte do valor do negócio é ele já estar operando”, disse.

O lote STS36, que fica no Paquetá e conta com 22.500 metros quadrados, foi arrematado por R\$ 12,5 milhões. A proposta única foi apresentada pelo Grupo Marimex, que possui uma instalação portuária alfandegada no cais santista.

A terceira área arrendada tem 33 mil metros quadrados e compreende o lote STS07, que fica no Macuco. Ela foi alvo da única disputa do leilão, na qual a Fibría Celulose levou a melhor, pagando R\$ 115,047 milhões.

Sua proposta inicial era de R\$ 110.047 milhões. Já a Eldorado do Brasil ofertou R\$ 95 milhões pela área. A partir daí, foi aberta a disputa, na qual cada empresa aumentou seus lances em R\$ 500 mil até o valor final.

“Essa tentativa simplória de disputa se mostrou inviável porque se demonstra muito mais viável a possibilidade futura de uma negociação da Eldorado com o vencedor do Paquetá, que foi a Marimex e por um valor muito baixo. Então, em termos de negócio, pode-se in-

terpretar assim”, destacou o consultor portuário Sérgio Aquino, também presente na sessão.

OUTORGA

Até ontem, a previsão do Governo era que as licitações iriam render R\$ 640 milhões aos cofres do Tesouro Nacional, com o pagamento das outorgas. Mas a soma dos lances ofertados ontem é de R\$ 430 milhões, cerca de dois terços do esperado.

Para o ministro da Secretaria dos Portos (SEP), Helder Barbalho, que estava na Bovespa, mais importante do que os recursos da outorga, é a garantia dos investimentos de longo prazo para o setor portuário. “Hoje conseguimos garantir mais de R\$ 2 bilhões para o setor. Foram R\$ 1,027 bilhão em recursos (tarifas cobradas pela exploração das áreas e a movimentação de cargas) para o caixa da Codesp, ao longo dos próximos 25 anos, R\$ 608 milhões em investimentos na construção de três terminais e R\$ 430,6 milhões em outorgas”, explicou.

Já o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa também presente na sessão, disse que o principal objetivo das concessões é viabilizar o investimento e não arrecadar recursos. No entanto, a proposta inicial era de que os valores de outorga fossem destinados ao Tesouro Nacional para ajudar a equacionar o déficit do Governo. “A prova disso é que colocamos o valor de outorga mínimo de R\$ 1. Estamos querendo viabilizar o investimento, não a arrecadação”, afirmou.

Próximas licitações serão em março

■ O ministro dos Portos, Helder Barbalho, vai se reunir, a partir da próxima segunda-feira, com potenciais interessados no leilão do terminal de Vila do Conde, no Pará. Segundo o titular da Secretaria de Portos (SEP), mudanças no processo de licitação podem ocorrer para atrair investidores.

“Vamos ouvir o mercado para compreender e interpretar a razão pela qual não houve formalização de propostas

em Vila do Conde”, destacou Barbalho.

A área também deveria ter sido licitada ontem, mas não houve interessados no arrendamento. Agora, seu edital será republicado em janeiro, junto com os de outros terminais que serão leiloados no Pará. A concorrência ocorrerá em março.

“Há indicativo da necessidade de maior prazo entre a divulgação do edital e o leilão”, destacou o ministro. Barbalho tam-

bém levou em consideração o fato de uma área com o mesmo foco de operação ter sido licitada no cais santista ontem.

O lote VDC29 ainda não foi ocupado. Tem 56.850 metros quadrados e é destinado à movimentação de grãos sólidos vegetais. Conforme o edital, é exigida, no sexto ano da concessão, uma movimentação mínima de 2,4 milhões de toneladas e, a partir do sétimo ano, 2,6 milhões de toneladas.



O ministro Helder Barbalho (centro) e autoridades do Governo acompanharam o leilão das áreas, na Bovespa

Os lotes leiloados no Porto de Santos



Macuco — Carga geral

Nome do terminal	STS07 - Macuco
Vencedor do leilão	Fibría Celulose
Valor pago na outorga	R\$ 115,047 milhões
Invest. previst s/ benefic.	R\$ 143,63 mi
Tipo de carga	Carga geral - celulose
Capacidade anual de movimentação futura (em toneladas)	1,82 milhão
Prazo de arrendamento	25 anos



Paquetá — Carga geral

Nome do terminal	STS36 - Paquetá
Vencedor do leilão	Grupo Marimex
Valor pago na outorga	R\$ 12,5 milhões
Invest. previst s/ benefic.	R\$ 199,55 mi
Tipo de carga	Carga geral - celulose
Capacidade anual de movimentação futura (em toneladas)	1,82 milhão
Prazo de arrendamento	25 anos



Ponta da Praia — Grãos Vegetais

Nome do terminal	STS04 - Ponta da Praia
Vencedor do leilão	Consórcio LDC Brasil*
Valor pago na outorga	R\$ 303 milhões
Invest. previst s/ benefic.	R\$ 296,85 mi
Tipo de carga	Grãos
Capacidade anual de movimentação futura (em toneladas)	6,5 milhões
Prazo de arrendamento	25 anos

FONTE: Ministério do Planejamento

ARTE: MONICA SOBRAL/AT

Projetos vão começar em janeiro

■ Com previsão de investimentos da ordem de R\$ 250 milhões nos próximos cinco anos, o Grupo Marimex pretende iniciar os projetos de melhorias no STS36, no Paquetá, no início do próximo mês. O objetivo da empresa é diversificar sua área de atuação já que, pela primeira vez, fará embarques de desembarques de celulose e carga geral no cais santista.

“Foi tudo muito corrido. Tínhamos que decidir se entraríamos. Foi uma decisão rápida e vamos lapidar esses processos de investimentos. O objetivo é atender celulose e carga geral, que nós acreditamos que tem essa carência no Porto. E é a última área de carga geral no Porto e nós acreditamos nela, mas tem que investir porque é velha, abandonada, podre. Tem que fazer tudo e começar do zero”, destacou o presidente do Grupo Marimex, Antonio Carlos Fonseca Cristiano.

Segundo o executivo, os primeiros embarques e desembarques no novo terminal devem acontecer apenas em quatro anos. Sobre a proposta apresentada, Cristiano não espera-

Investimentos

O Grupo Marimex prevê investir R\$ 250 milhões em seu terminal no Paquetá. Já o consórcio formado pela LDC e a Cargill diz que aporte será “alto”.

va que seu lance fosse o único, por isso, afirmou que estava disposto a “aumentar um pouquinho a oferta”, o que não foi necessário.

“É um leilão que tem, aparentemente, um valor de outorga baixo, mas exige muito investimento, da ordem de R\$ 250 milhões. É um desafio que assusta, mas como nós já estamos com espaços em Santos, no recinto alfandegado, armazéns gerais, uma outra área de quadra inteira vizinha a essa e mais a entrada na Alemoa, a gente vai diversificando a nossa oferta de trabalho e de serviço para exportadores e importadores”, destacou o presidente do Grupo Marimex.

Já no STS04, que fica na Pon-

ta da Praia, os planos do consórcio LDC Brasil, formado pelas traders Louis Dreyfus Commodities e Cargill Agrícola, é de atingir um volume entre 6 milhões e 7 milhões de toneladas movimentadas por ano.

De acordo com o diretor de Portos da Cargill, Clythio Backx van Buggenhout, as duas empresas já operam em parceria, desde 2009, no Terminal Exportador de Açúcar do Guarujá (Teag), que fica na Margem Esquerda do cais santista. Segundo ele, o fato da Dreyfus já operar também na Margem Direita ajudou a avaliar a importância estratégica de operação conjunta nesta região.

“Obviamente, é uma demonstração clara de duas grandes traders, um voto de confiança no crescimento do agronegócio porque o investimento a ser feito lá é alto, incluindo a outorga fixa prevista. É um voto de confiança na melhoria dos serviços ferroviários que atendem hoje o Porto de Santos”, afirmou van Buggenhout.